

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE: CHALLENGES AND CONTRIBUTIONS TO THE LEARNING OF DEAF STUDENTS IN REGULAR SCHOOLS

Patricia Santos Souza da Silva¹
Lucas Sùllivam Marques Leite²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o atendimento educacional ofertado ao estudante surdo na sala de recursos multifuncionais (SRM), enquanto parte integrante do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da escola regular. Busca-se discutir as contribuições desse espaço para a aprendizagem do aluno surdo, bem como analisar sua funcionalidade e a efetividade das metodologias adotadas. A reflexão foi construída a partir de referenciais teóricos, como Damazio (2007), Gesser (2009) e Botelho (2015), além de documentos legais que regulamentam o AEE. Metodologicamente, adotou-se a abordagem qualitativa por meio de um Estudo de Caso realizado em uma escola pública da rede estadual. Os sujeitos da pesquisa foram um profissional atuante no AEE, dois alunos surdos e três professores da sala regular de ensino. Os resultados indicam que, embora ainda de forma incipiente, o AEE tem contribuído para a inclusão escolar do estudante surdo, favorecendo seu processo de aprendizagem. Contudo, verificou-se a necessidade de maior articulação entre os profissionais do AEE e os docentes da sala comum, a fim de fortalecer práticas pedagógicas integradas e potencializar a aprendizagem. Assim, evidencia-se que o AEE desempenha papel relevante no processo inclusivo, mas demanda avanços no diálogo e na cooperação entre os diferentes atores da escola, de modo a consolidar uma educação mais equitativa e significativa para os estudantes surdos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Ensino-aprendizagem. Aluno com surdez.

ABSTRACT

This work aims to investigate the educational service offered to deaf students in the multifunctional resource room (SRM), as an integral part of the Specialized Educational Service (SES) in the context of regular school. It seeks to discuss the contributions of this space to the learning of the deaf student, as well as to analyze its functionality and the effectiveness of the methodologies adopted. The reflection was built from theoretical references, such as Damazio (2007), Gesser (2009) and Botelho (2015), as well as legal documents that regulate the SEA. Methodologically, a qualitative approach was adopted through a Case Study carried out in a public school in the state network. The subjects of the research were a professional working in the SEA, two deaf students and three teachers from the regular classroom. The results indicate that, although still incipient, SEA has contributed to the school inclusion of deaf students,

¹ Graduada em Pedagogia (UERN), com Mestrado em Educação (UERN). E-mail: pattriciarso@gmail.com

² Graduado em Filosofia (UERN) e Pedagogia (UNIFAVENI). Mestrado em Educação (UERN). E-mail: sullivamml@gmail.com

favoring their learning process. However, there was a need for greater articulation between SEA professionals and teachers in the common room, in order to strengthen integrated pedagogical practices and enhance learning. Thus, it is evident that SEA plays an important role in the inclusive process, but demands advances in dialogue and cooperation between the different actors of the school, in order to consolidate a more equitable and meaningful education for deaf students.

Keywords: Specialized Educational Service. Teaching-learning. Deaf student.

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem do aluno surdo na escola regular está diretamente vinculada às condições de acesso, permanência e valorização de sua presença no espaço escolar. Para além da matrícula, a inclusão efetiva exige que o estudante participe ativamente das práticas pedagógicas, superando barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas. A aprendizagem deve ser compreendida como um processo dinâmico e ativo, que envolve a construção de habilidades e o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

A escolha deste objeto de pesquisa surgiu a partir das experiências vivenciadas nos estágios do curso de Pedagogia, quando se constatou a ausência de adaptações estruturais, recursos adequados e profissionais capacitados para o atendimento ao aluno surdo, bem como a fragilidade na utilização da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa constatação reforçou a relevância de investigar como esse serviço tem sido ofertado na escola regular e de que forma contribui para a aprendizagem e a inclusão.

No âmbito das políticas públicas, a Educação Inclusiva, desenvolvida pelo Ministério da Educação, orienta a transformação do ensino regular e da educação especial, reconhecendo o AEE como serviço complementar e não substitutivo. Nesse contexto, as salas de recursos multifuncionais assumem papel essencial, pois possibilitam ao professor planejar práticas pedagógicas adaptadas, considerando as potencialidades do aluno surdo e articulando-as com o ensino regular.

A pesquisa busca responder à seguinte questão central: **como vem ocorrendo o atendimento educacional do estudante surdo na sala de recursos multifuncionais da escola regular?** A partir dela, desdobram-se indagações como: de que modo ocorre o ensino de Libras no AEE e qual a sua contribuição para a aprendizagem do aluno surdo em sala regular.

Para fundamentar a discussão, recorreremos a autores como Souza (2015), que destaca que a inclusão não se resume à presença física do estudante surdo, mas requer sua

efetiva participação no processo de aprendizagem; Botelho (2015), que evidencia a importância da Libras como língua materna e denuncia os processos de exclusão social vividos por surdos; e Damázio (2007), que defende a oferta do AEE por profissionais especializados em todas as etapas de ensino.

Dessa forma, este estudo apresenta-se relevante não apenas para a comunidade surda, mas também para profissionais da educação, gestores e pesquisadores, uma vez que problematiza a prática do AEE, discute seus limites e potencialidades e propõe reflexões sobre a articulação entre esse serviço e o ensino regular.

2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Ao longo da história, na educação de surdos, apenas aspectos negativos eram exteriorizados, em razão de que desde a antiguidade os surdos eram tidos como pessoas castigadas por Deus ou enfeitiçadas, e por isso, não podiam ter acesso à educação, nem exercer algum tipo de direito, como por exemplo, casar-se, e isso perdurou até o século XV, onde essas pessoas eram excluídas do contexto social, muitas das vezes mortas e abandonadas em lugar ermo. As primeiras mudanças na história da educação de surdos, foi a partir do século XVI, quando surgem os primeiros educadores de surdos, instituindo assim uma esperança para uma educação inclusiva iniciando com conceitos e direitos das pessoas surdas no contexto escolar e social.

Segundo Mazzota (1996) a implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo, no qual cada criança é essencial para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejáveis que os alunos surdos sejam inseridos em classes regulares, para que essa inclusão seja possível, assim, possa haver uma obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho escolar e social. Souza (2015) reforça que a inclusão não deve ser feita unicamente a partir da presença do aluno surdo no espaço da instituição escolar, pois, é necessário que o mesmo esteja incluído no processo de aprendizado.

Para compreender melhor a grande contribuição do AEE para o aluno com surdez, é necessário entendermos, que a pessoa surda tem todas as capacidades de pensar e aprender como qualquer outro dito normal, e que na escola ele depende e precisa passar por 3 etapas, que são os momentos didático-pedagógicos: AEE de Libras, AEE em Libras e AEE para o ensino de Língua Portuguesa no qual não estão sendo implementados nas escolas regulares. Segundo Botelho, (2015, p. 53). O que falta aos surdos, sem sombra de dúvida, é o acesso à

uma língua que dominem e que lhes permita pensar com todas as complexidades necessárias, disponíveis como são para qualquer um.

O Atendimento Educacional Especializado na escola, não é feito de forma mecânica, nem tampouco de repetição, mas provém de um conjunto de procedimentos, que mediam e fazem com que os alunos se apropriem do conhecimento. Os alunos com surdez ainda enfrentam uma pequena dificuldade de adaptação, tendo em vista que os mesmos não aprenderam a sua língua materna a Libras, ainda quando crianças, e daí surgem as suas maiores dificuldades na aprendizagem dos conteúdos.

Entendemos que para ocorrer à inclusão do aluno com surdez no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, faz-se necessário um atendimento específico e especializado, e com pessoas qualificadas para dá esse suporte. Assim, com a existência do AEE nas salas de recursos multifuncionais, constatamos que este serviço ou atendimento especializado pode contribuir para com a aprendizagem dos alunos com surdez dentro da escola de ensino regular.

A constituição dos sujeitos surdos é dada por sua inserção em práticas pedagógicas (Botelho 2015, p. 51). Visando a aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo na escola regular, faz-se necessária à busca e implementação de práticas pedagógicas, no entanto é preciso ir além, é preciso romper barreiras como, por exemplo, as barreiras atitudinais, desse modo ajudará o próprio aluno se encontrar dentro e fora do espaço escolar.

Gesser (2009) aponta dois conceitos atuais para esta categoria, o que nos ajuda a compreender o processo de inclusão e ou aceitação da pessoa surda, que é a patológica e a cultural. A patológica fica por conta de diagnóstico médico, tratando a surdez nesse caso, como apenas uma —deficiência, buscando assim uma cura. Diante de vários estudos e do surgimento da comunidade surda, mesmo minoritária, mas ciente de seus desejos, vem o aspecto cultural, no qual fortalece o desejo do surdo de viver da forma como se chegou, e falando a sua própria língua materna, pois os mesmos querem apenas respeito, tendo seus direitos iguais como também seus direitos específicos respeitados e cumpridos.

O surdo não deseja negar sua identidade, porém a sociedade majoritária ouvinte, tenta impor, de forma preconceituosa, que o mesmo seja oralizado para melhor aceitação diante da sociedade, seja no mercado de trabalho ou como um todo. Porém retomamos a ideia do serviço oferecido na sala de AEE como forma de inserção do mesmo na sociedade, sem que lhe seja tirado o direito de viver na sua própria cultura.

A origem da língua brasileira de sinais se deu a partir do século XVI, pois até o

século XV os surdos eram considerados pessoas que não podiam ser educadas/escolarizadas. Na literatura especializada da área percebemos que no Brasil a Língua de Sinais ganhou espaço a partir de 1857 quando Eduard Huet, um francês que ficou surdo aos doze anos veio ao país a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para meninos surdos primeiramente, chamado, de Imperial Instituto de Surdos Mudos, atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

É oportuno esclarecer que nem sempre existiu a valorização e aceitação pelo uso da Língua de Sinais, que muitas foram às tentativas em torno da discussão sobre como educar os surdos, pois alguns se mostravam favoráveis ao oralismo, que ganhou mais força após o século XIX, baseando-se na ideia que a língua de sinais em nada ajudaria os surdos, mas pelo contrário, atrapalharia no desenvolvimento da sua oralização, impedindo assim que o surdo escolhesse o que realmente ele queria, prejudicando na construção da sua identidade surda.

A lei que assegura a Libras tem um papel fundamental na identidade surda, garantindo à pessoa com surdez o acesso a todos os direitos que uma pessoa ouvinte possui. A Lei nº 10.436 de 2002, determina que o cidadão com surdez tenha livre acesso à educação, e que as escolas de séries iniciais, finais e ensino superior possuam em uma grade de professores pessoas qualificadas para lidar com a aprendizagem do aluno surdo.

A lei que foi regulamentada pelo decreto 5.626 de 2005, também define o papel da sociedade com o surdo, tendo que acolhê-lo em quaisquer ambientes, seja ele empregatício, escolar etc., é importante ressaltar que o ensino de Libras nas escolas brasileiras, não deve substituir o ensino do português. A Libras propicia a interação entre as pessoas surdas e as ouvintes, fazendo com que o surdo participe ativamente, e tenha conhecimento das informações do espaço no qual ele vive, tornando-o um cidadão com direitos, deveres e responsabilidades.

A história da Educação de surdos é marcada por três grandes momentos, os quais influenciaram a concepção de atendimento educacional atualmente. *Revelação cultural*: nesta fase os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do congresso de Milão havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos.

Outra fase foi o *Isolamento cultural*: nesse período ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral e permanecem firmes no seu direito de aprender e continuar usando a sua língua materna. A terceira fase é o *Despertar cultural*: a partir dos anos 60 inicia uma

nova fase para o renascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após longos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos.

É importante lembrar que essa divisão foi baseada na história da Europa e não se refere à realidade histórica de outras partes do mundo. Mas foi observado que a maioria de livros de história se referem constantemente a essas épocas, cujos historiadores tradicionalmente dividem a História em cinco grandes períodos: Pré-História, Idade Antiga ou Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, por essa razão é importante revisão básica sobre essa divisão para saber de que época se estar falando.

Nesse contexto, a Educação de Surdos passou a vivenciar tendências educacionais que passaram a contribuir para com a oferta do atendimento educacional a esse público-alvo. Dentre as principais tendências, identificamos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

O *oralismo* compreendido como uma corrente comunicativa muito utilizada na educação dos surdos no século XIX que perdurou até os anos 70. Consiste no ensino da língua materna através da imposição da oralização nos processos de aprendizagem do surdo. Devido ao descontentamento referente ao uso do oralismo na educação dos surdos, mais tarde, surgiu a *Comunicação Total*, que consiste na utilização dos sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital no ensino da língua materna. Sendo assim, nesta corrente comunicativa o surdo tem livre arbítrio para escolher qual manifestação de linguagem lhe é mais adequada para comunicar-se socialmente.

Já a proposta de ensino bilíngue contrapõe-se ao oralismo porque considera a comunicação visual e gestual prioritária no ensino da linguagem. E se diferencia da comunicação total, pois defende fundamentalmente a língua de sinais na educação do surdo, não misturando uma manifestação linguística com a outra.

Segundo Damázio (2007, p. 20):

De fato, existem poucas publicações científicas sobre o assunto, há falta de professores bilíngues, os currículos são inadequados e os ambientes bilíngues, quase inexistentes. Não se podem descartar também outros fatores, tais como: dificuldade para se formar professores com surdez num curto período de tempo; a presença de um segundo professor de Língua Portuguesa para os alunos surdos e; a falta de conhecimento a respeito do bilinguismo.

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço de apoio educacional especializado que contribui para a construção da autonomia do aluno dentro da escola regular, de modo a contribuir para com a aprendizagem dos conteúdos curriculares e com o processo de inclusão social e educacional desse aluno.

Damázio, (2007, p. 25) afirma que o trabalho pedagógico com os alunos com surdez

nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, a inclusão vai além da inserção do aluno surdo na sala de aula regular. A inclusão na perspectiva de educação inclusiva direciona as ações para o atendimento de cada estudante na sua singularidade, estando eles no processo de aprendizagem, recebendo uma ampliação no repasse dos conhecimentos implícitos na programação regular da escola, com a orientação de uma educação continuada. Do mesmo modo para desenvolver as relações interpessoais, o aluno surdo, necessita ter uma convivência diária compartilhada, favorecendo assim não apenas o seu próprio desenvolvimento, mas ajuda os colegas ao seu redor conviver com pessoas diferentes.

Como já se vem debatendo, o AEE na perspectiva da educação inclusiva é um serviço complementar ou suplementar no processo de ensino e aprendizagem e inclusão do aluno com necessidade especial, e a própria LDB, no Art. 60 dispõe que, os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público. Ainda no Art. 60 em seu parágrafo único, explicita que o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

O Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer desde a Educação Infantil, até o Ensino Superior, em três etapas e de forma didática pedagógica, sendo ele: O Atendimento Educacional Especializado em Libras, O Atendimento Educacional Especializado para o Ensino de Libras, e O Atendimento Educacional Especializado para o Ensino da Língua Portuguesa.

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos psicopedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Faz-se necessário desenvolver atividades que se distingue das realizadas na sala de aula comum, levando em conta a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Damázio (2007) destaca três momentos didático-pedagógicos no Atendimento Educacional Especializado.

O Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, se caracteriza quando todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares,

são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez.

No *Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras* na escola comum, os alunos com surdez têm aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de

Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais. Já o *Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa*, são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa.

A sala de aula de AEE é mais um desafio para a escola, pois são mudanças necessárias para a garantia do acesso e o direito a educação de qualidade para todos. O discente surdo necessita que a escola busque alternativas e constantes atualizações no que se referem a seus conceitos e práticas educativas, assegurando assim a inclusão. A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), faz com que o aluno surdo avance em suas perspectivas de sair de uma posição que ele julga inferior, por isso é necessário que ele aprenda conteúdos e que ele tenha auxílio para que possa entender melhor cada conceito estudado em sala de aula.

O AEE, nesse caso, desempenha seu papel ao que se refere às condições de acesso, sua atuação de forma absoluta e aprendizagem no ensino regular. Levando em consideração, que a escola regular em dado momento não apresente as condições fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento integral do aluno com surdez, o AEE auxilia a carência de linguagem desse aluno em termos de aprendizagem e aquisição dos saberes como primeira língua. Garcia (2008, p. 18) explica que [...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes. Com o respeito à diversidade, o objetivo do trabalho educacional deve ser o de permitir acesso à educação a todos.

O Atendimento Educacional Especializado apresenta uma grande relevância para os avanços na aprendizagem do aluno com surdez na sala de ensino regular, visando que o mesmo contribui para que o discente construa gradualmente os seus conhecimentos, levando

em conta seus avanços e retrocessos, como também a sua evolução gradual. O AEE na escola regular numa proposta de educação na perspectiva inclusiva, oportuniza ao aluno com surdez o acesso a uma educação de qualidade, entendendo que ele possui habilidades e competências, e que pode aprender os conteúdos tal qual um aluno dito normal. A Lei 13.146/2015, recentemente aprovada determina em seu artigo 28 a garantia de:

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

XI - Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - Oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

Como podemos observar na legislação, o ensino da Libras é obrigatório no sistema de ensino regular e portanto, para que esse atendimento possa contribuir na escolarização do aluno surdo em escolas com perspectivas inclusivas, é indispensável que os professores que irão atuar junto ao aluno surdo, compreendam que o mesmo necessita do atendimento educacional que desenvolver e potencializar, melhorando o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais-Libras. É importante ressaltar que diante da nossa realidade atual, ainda não alcançamos o lugar que deveríamos no ensino do aluno surdo, pois vivemos em um país em que a lei tem somente no papel, porém a balança tem dois pesos e duas medidas e o sujeito surdo ainda faz parte de um grupo isolado e desfavorecido. Pouco se fala em investimento e qualificação para trabalhar com o aluno surdo, nesse sentido entendemos que se o professor que for trabalhar nesse serviço receber a formação que é necessária passaremos a ter melhorias consideráveis no atendimento educacional especializado ao aluno com surdez.

O processo de inclusão do aluno surdo na escola regular, ocorre por meio de diversos recursos ou apoio educacional, um deles é o AEE ocorrido nas salas de recursos multifuncionais. As salas de recursos multifuncionais, é um ambiente diferenciado, com materiais específicos que ajudam no desenvolvimento do aluno que necessita desse atendimento, conta também com profissionais preparados para atender e dá suporte ao discente com necessidade especial, de forma a integrá-lo como assegura a lei da educação inclusiva, ressaltando que a mesma não substitui a sala de aula regular, mas entra como forma complementar ou suplementar.

A pessoa com surdez ainda encontra barreiras em seu caminho para adquirir um ensino de qualidade, ela conta com a ajuda de sua família, pois sabem o contexto em que ela

se encontra. Segundo Damázio (2007, p. 13):

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento (sic) da aprendizagem.

Consequentemente, garantir o acesso do aluno com surdez ao sistema regular de ensino, se tornará sem efeito se tudo que a citação acima descreve não forem levados em consideração. Nesse caso, o local/espço de aprendizagem desse aluno deverá estar pronto a recebê-lo nas condições em que o referido aluno se encontre, buscando sempre estimular o mesmo a querer avançar em suas aprendizagens.

A autora ainda complementa, afirmando que este atendimento constitui um dos momentos didático-pedagógicos para os alunos com surdez incluídos na escola comum. O atendimento ocorre diariamente, em horário contrário ao das aulas, na sala de aula comum.

O AEE em Libras ajuda o aluno com surdez a compreender melhor os conteúdos estudados na sala comum. Os professores que fazem esse atendimento, além de conhecer os termos técnicos, deverá também utilizar de meios visuais e todos os recursos devem ter ligação com o conteúdo estudado.

Nesse sentido, compreendemos que para que o aluno desenvolva melhor suas habilidades e seja influenciado a aprender, faz-se necessário o Atendimento Educacional em Libras e para o ensino de Libras, pois através desse atendimento, e preferencialmente com o professor surdo, o aluno conseguirá se sentir mais seguro e motivado a aprender e permanecer na sala de aula comum.

O Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Língua Portuguesa, que ocorre nas SRMs, e no horário contrário ao da sala regular, o professor por sua vez, deve ser formado em Língua Portuguesa, e ter domínio linguístico do conteúdo.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DA PESQUISA

O atendimento educacional a pessoa com surdez, vem enfrentando ao longo de décadas muitos obstáculos. Dentre os desafios, identificamos a relação de trabalho pedagógico entre os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os profissionais que atuam na sala regular de ensino, o que na nossa

compreensão interfere no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Sabemos que a educação em geral é todo processo de aprendizagem, e que esse processo é infinito, pois se trata da expansão de toda uma cultura e que a aprendizagem não ocorre somente em sala de aula. A pesquisa coadjuva como elemento fundamental, pois ela possibilita a descoberta de algo além do esperado, aponta problemas e cria caminhos para se chegar a uma solução, tendo em vista que seu intuito principal é contribuir para o progresso da sociedade em geral, visando à equidade em todos os âmbitos.

Richardson (1999) aponta a pesquisa como nada mais do que um processo de construção do saber que tem como objetivo criar novos caminhos ou desmenti-los, fazendo gerar um processo de aprendizagem para o indivíduo que o põe em prática e principalmente para a sociedade que a desenvolve. Para Gil (2009, p.17), a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Compreendendo a contribuição e importância da pesquisa para a sociedade, e em especial para a educação nosso estudo teve como objetivo geral desta pesquisa, analisar como ocorre o ensino de libras nas salas de recursos multifuncionais por meio do AEE. Nesse sentido, essa pesquisa se caracteriza como uma Pesquisa do tipo Qualitativa por atender e se articular com os nossos objetivos e objeto de estudo.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a gênese da pesquisa qualitativa está na sociologia e na antropologia. Na sociologia, a discussão da importância da pesquisa qualitativa para o estudo da vida de grupos humanos se deu por meio de trabalhos realizados pela Escola de Chicago, nas décadas de 1920 e 1930. Na mesma época, na antropologia, os estudos de autores como Evans-Pritchard, Radcliffe-Brow e Malinowski trouxeram os métodos de trabalho de campo.

Para Godoy (1995, p. 58) pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização, de entrevistas quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla.

Atrelada à pesquisa qualitativa, realizaremos a metodologia do estudo de caso, por ser uma metodologia que propicia um estudo mais detalhado sobre o pesquisado. Define-se o estudo de caso, como uma classe de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa minuciosamente. Nessa abordagem metodológica de pesquisa devem ser observadas duas

situações: natureza e abrangência da unidade e Complexidade do estudo de caso determinado pelos suportes teóricos que auxiliam e orientam ao trabalho do investigador. O estudo de caso tem como objetivo a exploração e revelação, ou seja, a descoberta. Embora o investigador fundamente-se a partir de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele buscará permanecer sempre atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo.

O estudo de caso, nas ciências sociais passou a ser visto como uma forma de estudar e analisar, de forma exploratória, explanatória ou descritiva alguma unidade social. Segundo Yin (2001, p. 32):

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de um estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Nesse sentido, o estudo de caso alinhado a pesquisa qualitativa, atende os objetivos propostos em nossa pesquisa, pois possibilita um estudo mais específico sobre nosso objeto de investigação, apresentando singularidades e particularidades existentes no trabalho pedagógico desenvolvido pelo AEE para o aluno com surdez e sua contribuição para com a sala regular de ensino.

A pesquisa ocorreu em uma escola da rede estadual de ensino, uma escola de ensino fundamental, localizada no perímetro urbano da cidade Assú/RN. No tocante aos recursos didáticos a escola é bem diversificada, e conta com uma gama de aparelhagem que são de grande importância para o desenvolvimento das práticas educativas. A escola conta em seu quadro de funcionários com 30 professores, 03 supervisores, 01 secretária, 01 coordenador pedagógico, 08 auxiliares de secretaria, 01 coordenador administrativo. A escola funciona dois turnos, vespertino e noturno. Atualmente a escola tem 265 alunos matriculados no turno vespertino e 174 no turno noturno, totalizando 439 alunos, a escola está com 86,4% das vagas ocupadas.

A escola tem PPP e o mesmo está passando por mais uma reforma, no entanto a escola busca compreender e explicar criticamente as causas da existência dos problemas comuns bem como as suas relações, visando sempre a melhoria do ambiente escolar, se esforçando para promover ações alternativas. Nessa perspectiva a avaliação do PPP assume um compromisso bem mais amplo do que apenas a eficácia das propostas, avaliando a própria organização do trabalho pedagógico, e vendo no erro um caminho para se chegar ao crescimento da escola em geral. A escola possui uma sala de Atendimento Educacional

Especializado (AEE), atendendo dois alunos com surdez matriculados no turno vespertino, sendo esses nossos sujeitos de pesquisa.

Cada aluno com necessidade especial tem validade dupla no sistema, pois ele tem duas matrículas, uma na sala regular, outra no AEE. A acessibilidade hoje, na escola objeto desta pesquisa, sofreu um avanço mais que esperado, pois conta com a presença do intérprete e com a sala de recursos multifuncionais. A presença do intérprete, se manifesta como ferramenta fundamental para a inclusão do aluno surdo na escola regular, pois a acessibilidade e a inclusão não se faz presente apenas quando o aluno é recebido na sala de aula regular, ela vai muito mais, além disso, é preciso criar meios para que a inclusão aconteça de fato, e para isso torna-se necessário o envolvimento de pessoas capacitadas, coisa que ainda não acontece na escola pesquisada.

A escola investigada funciona no momento em um prédio alugado, devido sua estrutura está em serviço de construção, reforma e ampliação, o que faz com que o AEE aconteça em outro espaço, funcionando em outra escola da rede estadual. A escola é mantida pelos recursos do Governo Estadual e Federal, dentre eles: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Os sujeitos que compõem esta pesquisa são alunos surdos, matriculados regularmente no turno vespertino, e na rede regular de ensino, e são acompanhados no contra turno na sala de Atendimento Educacional Especializado, e também a professora Maria (nome fictício) que faz o atendimento no AEE, e os professores da sala de aula regular. Nesse sentido, nossa pesquisa foi realizada junto a dois alunos surdos, uma professora do AEE e 3 professores que trabalham na sala regular de ensino, devido estarem envolvidos com o atendimento educacional ao aluno com surdez.

Os professores da sala regular que estão fazendo o acompanhamento de José e João não tem formação nenhuma sobre práticas pedagógicas inclusivas, já a professora que faz o atendimento na sala de recursos multifuncionais (SRMs), é graduada em Letras- Inglês pela UERN Campus Assú/RN, e possui duas pós-graduações lato sensu, sendo uma em Língua Portuguesa, pela UERN/Campus Assú/RN, e a outra em Libras pela FACESA Assú/RN.

A docente que atua na SRMs, colaboradora desta pesquisa, é professora efetiva da Rede Estadual de ensino desde 2006, e desde que ingressou na educação procura sempre promover a inclusão, porém somente a partir de 2014 esse desejo pela inclusão foi intensificando, quando a mesma começou a trabalhar com alunos com necessidades específicas, na sala de recursos multifuncionais, na escola em que atua até os dias atuais.

A partir daí deu-se início a um processo de formação, promovida pela Secretaria

de Educação por meio da SUESP. Posteriormente, a docente relata que iniciou a trabalhar diretamente com aluno surdo, e essa foi uma grande motivação para que a mesma buscasse formação específica na área de Libras, pois hoje ela atua a frente da sala do AEE, fazendo o atendimento complementar. Em sua trajetória docente, a professora buscou outras formações na área, entre elas participou de cursos na área de Libras promovido pela UERN, e em outras instituições e até mesmo em outros municípios. A docente relata a participação em cursos de extensão e aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado, promovido pelo departamento de Educação da UERN/ Campus Assú/RN.

Construir informações consiste em ter uma pesquisa bem sucedida, com resultados esperados, como também, apresentar elementos que contribuam para outras pesquisas e compreensão da realidade estudada. A construção de informações sobre um determinado espaço nos possibilita compreender como as coisas acontecem e o que está intrinsecamente embutido nesse processo.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada tem seu foco em um assunto sobre o qual previamente elaboramos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer vir à tona informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a um padrão de alternativas.

Já a observação participante traz em seu conceito uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas. Essa técnica viabiliza diversas situações para que o observador se integre no grupo observado, afim de sistematizar todas as informações, tornando-se necessário essa integralização do observador com o observado, já que implica no resultado final da pesquisa, visto que o pesquisador observador, participa ativamente de todo o processo, sendo de responsabilidade do mesmo a adaptação.

A observação participante é realizada em contato direto, frequente, e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão em fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (CORREIA, 1999, p. 31).

A observação participante explora em seus estudos a técnica da interpretação, que pode ocorrer naturalmente, focando essencialmente na concessão de significados às práticas e vivências humana. Corriqueiramente se utiliza a observação participante com intuito de

elaborar um resultado, após cada etapa de observação, de forma narrativa, permitindo assim a obtenção de informações significativas dentro da observação, sendo que o próprio observador está imerso no desenvolvimento da pesquisa, caminhando lado a lado ao indivíduo observado, ou seja, ele é ao mesmo tempo observador/participante e participante/observado.

Com o objetivo de identificarmos ou compreendermos sobre como os profissionais que atuam no AEE veem ou concebem esse campo de atuação, questionamos esses profissionais sobre elementos que nos possibilitam pensar sobre o funcionamento e ou como ocorre esse atendimento educacional ao aluno surdo no ambiente da SRM.

O primeiro questionamento proposto foi: —Como ocorre o atendimento ao aluno surdo? Para tanto, obtivemos a seguinte informação:

O AEE aos alunos acontece no horário inverso da sala de aula regular, em dois dias da semana, sendo uma hora para cada dia. O atendimento é realizado em Libras, para o ensino da Libras e para o ensino da Língua Portuguesa, conforme orienta o Mec.

A professora que atua no atendimento ao aluno surdo na sala de recursos compreende a importância de seguir os passos e orientações do MEC, para promover ao aluno caminhos para que ele adquira independência na construção do conhecimento, que para Damázio, é primordial para garantir a permanência do aluno surdo na escola regular.

Outro questionamento proposto à nossa colaboradora foi: —Que relações são estabelecidas entre seu trabalho no AEE com a sala de aula regular de ensino? Para este questionamento, obtivemos o seguinte:

Procuro estabelecer uma boa relação com os professores da sala de aula regular e também com o apoio pedagógico. Embora, perceba a falta de sensibilidade e uma certa resistência, por parte de alguns docentes, em trabalhar na perspectiva da educação inclusiva. Pois, estes alegam não terem formação específica para lidarem com os alunos com deficiências, salas de aulas numerosas em alunos e com ampla diversidade. Meu contato é mais efetivo com os intérpretes e com as supervisoras, haja vista que há uma grande variedade de disciplinas e professores, que atuam no ensino Médio.

Percebe-se na fala da professora a falta de compromisso e sensibilidade com a educação especial, nesse caso a educação de surdos por parte dos docentes da sala de aula regular. Comprometendo assim a complementação da SRMs, pois é necessário a interação e o planejamento de todos que estão diariamente com o aluno surdo. Botelho (2015), escreveu que a educação de surdos na escola regular se apresenta como um grande processo ao qual o aluno precisa ser compreendido da forma que ele chega, priorizando a sua língua materna.

Nesse contexto, compreendendo a necessidade do planejamento, perguntamos: —Existe algum planejamento entre você e os professores de sala de aula regular? Se sim, quais? Se não, por quê? E identificamos o seguinte:

Eu participo, na medida do possível, das jornadas Pedagógicas. Na oportunidade, faço algumas orientações aos professores presentes, quais sejam: falo sobre sua (a) deficiência(s), principais dificuldades e limitações, bem como, proponho estratégias de ensino e aprendizagem; estabeleço comunicação com alguns via telefone e whatsapp. E sobretudo, me disponho a ajudar no que for necessário. Há dificuldades de nos encontrarmos nos planejamentos, pois tenho pouquíssima disponibilidade no contra turno, existe choque de dias e horários durante as horas atividades, em virtude de está em atendimento ou presente na outra escola, da qual sou efetiva. Uma vez que, a SRM (pertence a E.E.T.C. José Correia) funciona em um espaço cedido na E.E.J.K.

Quando se fala da relação entre os profissionais envolvidos no processo de ensino e atendimento do aluno surdo na escola regular, compreendemos que todos tem o dever de buscar estratégias que possibilitem a interação do aluno surdo com o conteúdo, bem como ter disponibilidade para se capacitar e realizar o planejamento em conjunto, fazendo com que os docentes estejam trabalhando em sintonia, observando sempre se o seu aluno está se desenvolvendo. A professora nos preocupa, quando relata a falta de tempo para reunir-se com os demais docentes para juntos planejar as aulas e atividades a se realizar, pois se faz necessário relacionar os conteúdos. Para Damázio (2007, p. 14) a inclusão da pessoa com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado.

Seguindo este princípio, questionamos: —Os conteúdos da sala regular estão presentes de alguma forma no seu trabalho no AEE?

Sim. Entretanto, o atendimento está mais voltado para os conteúdos da Língua Portuguesa, pois os alunos surdos apresentam uma acentuada deficiência em relação às habilidades de leitura, escrita e interpretação, o que compromete o acompanhamento e aquisição de saberes nas demais áreas do conhecimento.

A professora demonstra ter feito primeiro um trabalho de observação e coleta de dados, pois a mesma em sua fala aponta com clareza as necessidades educacionais de seus alunos, podendo assim, através dessa coleta, planejar estratégias de ensino, utilizando metodologias que consigam alcançar o objetivo proposto para esse serviço.

Damázio (2007, p. 38) :O que se pretende no Atendimento Educacional Especializado é desenvolver a competência gramatical ou linguística, bem como textual, nas pessoas com surdez, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas

bem formadas.

Desta forma, AEE segundo Damázio, não deve se limitar apenas em ter recursos visuais, diga-se de passagem muito importantes, pois possibilitam o entendimento e abstração dos conteúdos, deve contar também com um amplo acervo textual em língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, para que os mesmos possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação, e por fim muita criatividade e dinamismo na elaboração das atividades. Por fim, reiteramos que o serviço oferecido pelo AEE deve ser pensado e planejado junto aos outros professores que também atendem esse aluno na sala de aula regular e também o professor de Libras, podendo assim fazer relatórios e análises quanto ao avanço do aluno, ou alguma dificuldade apresentada, podendo perceber a necessidade de mudar a metodologia, para que venha ajudar o aluno surdo, planejando em conjunto uma intervenção que venha ajudar esse aluno.

Com o objetivo de compreender como os profissionais da sala regular de ensino, percebem ou veem o AEE na sala de recursos multifuncionais, realizamos um questionário junto aos envolvidos com o trabalho pedagógico com aluno com deficiência na sala regular de ensino e que recebem apoio no AEE.

As respostas dos pesquisados são identificadas com P.1, P.2 e P.3 como forma de preservar a identidade dos profissionais envolvidos com o estudo.

E assim, questionamos: —O que você compreende sobre o AEE?||

(P.1) É uma sala de atendimento, para alunos com necessidades especiais.

(P.2) O AEE é o atendimento e suporte para alunos especiais.

(P.3) Sala de atendimento a educação especial que dá suporte aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Diante das respostas obtidas, observa-se com clareza, a falta de interesse implícita nas respostas dos docentes, as respostas são vazias, colocando a educação especial e o atendimento ao surdo como algo banal, uma vez que os professores sabem que a escola tem alunos surdos regularmente matriculados, mas se quer compreendem a importância do AEE. GARCIA (2008, p. 18) explica que —[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.|| A sala do AEE não deve ser comparada como um simples atendimento, pois, é nela que muitos surdos chegam analfabetos de sua primeira língua, e nela eles aprendem a língua materna e compreendem as regras do português como segunda língua. Diante disso, faz-se necessário analisar as práticas educativas, e que os professores comecem pensando a educação para além dos alunos ditos normais.

Outro questionamento presente em nosso instrumento foi: —Como você vê o trabalho do AEE na escola?

(P.1) O trabalho existe, porém, funciona em outro prédio e nós professores não temos a vivência no dia a dia desse atendimento.

(P.2) Observo o trabalho do AEE através do intérprete que temos na sala de aula que auxilia e dá suporte ao aluno com surdez.

(P.3) Vejo que é muito importante, mas precisa melhorar muito.

É nítida a fragilidade de informações que os professores ainda tem quando o assunto é o Atendimento Educacional Especializado, tendo em vista que a escola pesquisada possui sim uma sala de AEE, porém no momento da pesquisa, a escola encontra-se em reforma, e funcionando em um prédio alugado, o que fez com que a sala do AEE também ocupasse outro espaço provisório. O Atendimento Educacional Especializado tem como finalidade priorizar e dá suporte para os alunos com alguma necessidade educacional, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem, a partir do apoio complementar, eliminando as barreiras que possam estar presente no dia a dia do surdo, o AEE tem um papel relevante para os avanços na aprendizagem do aluno com surdez na sala de ensino regular, visando que o mesmo contribui para que o discente construa gradualmente os seus conhecimentos, levando em conta seus avanços e retrocessos, como também a sua evolução gradual.

Nesse contexto, questionamos os envolvidos na pesquisa: —Existe alguma relação do seu trabalho com o trabalho da sala de recursos multifuncionais? Se sim, quais? Se não, por quê?

Nesse questionamento, tivemos as seguintes informações:

(P.1) Na escola não existe sala de recursos multifuncionais.

(P.2) Não. Porque estou chegando agora na escola.

(P.3) Não tenho conhecimento.

Para essa problemática, compreende-se a importância de palestras e cursos de capacitação para os docentes, pois é nítida a falta de informação por parte deles, tendo em vista que a escola possui SRMs, só não está no momento funcionando no mesmo prédio, mas é espantoso saber que alguns docentes não fazem o mínimo de esforço para que a Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva, seja efetivada dentro do espaço escolar ao qual eles atuam. O AEE é um serviço que vem dá suporte e garantir que a inclusão ocorra de fato no ambiente escolar. Souza (2015) reforça que a inclusão não deve ser feita unicamente a partir da presença do aluno surdo no espaço da instituição escolar, pois, é

necessário que ele esteja incluído no processo de aprendizado.

Compreendendo a necessidade de um planejamento mais articulado entre os profissionais envolvidos no trabalho pedagógico com alunos com deficiência, questionamos: Você realiza algum tipo de planejamento? Se sim, como? Se não, por quê?

(P.1) Sim. Realizo sempre voltado para a realidade do meu aluno em sala de aula.

(P.2) Ainda não, porque estou chegando agora na escola.

(P.3) Sim, às vezes procuro realizar atividades adaptadas.

O planejamento deve ocorrer de forma coletiva, os professores da sala do AEE junto aos professores da sala de aula comum e coletivamente os docentes decidem sobre o conteúdo, preparam o plano de ensino e produzem os cadernos de estudo dos alunos surdos, com conteúdos inter-relacionados, de modo que o atendimento possa ser ofertado, conforme apresentado por Damázio (2007). A sala de aula de AEE, é mais um desafio para a escola, pois são mudanças necessárias para a garantia do acesso e o direito a educação de qualidade para todos.

Seguindo esse contexto, perguntamos: —Os conteúdos da sala regular estão presentes de alguma forma no trabalho na sala do AEE? As respostas para esse questionamento são apresentadas, conforme segue:

(P.1) Não tenho como saber, pois a sala do AEE funciona em outra escola.

(P.2) Não temos uma sala regular em nossa escola.

(P.3) Não sei responder, pois não tenho contato frequente com os professores.

Por fim percebemos a falta de comunicação que existe dentro da escola pesquisada, fazendo necessária uma atenção especial para formar e conscientizar esses professores sobre a perspectiva inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado.

Para Damázio, (2007, p. 25) o trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, a inclusão vai além da inserção do aluno surdo na sala de aula regular. A inclusão na perspectiva de educação inclusiva direciona as ações para o atendimento de cada estudante na sua singularidade, estando eles no processo de aprendizagem, recebendo uma ampliação no repasse dos conhecimentos implícitos na programação regular da escola, com a orientação de uma educação continuada.

O Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008, o qual caracteriza o AEE nos remete a seguinte atribuição do referido atendimento: —O atendimento educacional

especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Como forma de articular a discussão sobre a contribuição do AEE para a aprendizagem do aluno com surdez, também buscamos compreender sobre como o aluno surdo ver o atendimento educacional especializado. Assim, seguindo os mesmos moldes, realizamos um questionário junto a dois alunos atendidos no AEE, os quais são identificados com D.1 e D.2, de modo a preservar cada sujeito participante da pesquisa.

O primeiro questionamento proposto foi: —O que você acha do AEE?

(D.1) É uma ferramenta muito importante, pois tem me ajudado muito, visto que nem sempre tive intérprete de Libras na sala de aula, saber que existe a sala do AEE me deixa mais animado para estudar.

(D.2) Bom, porque lá tem pessoas que sabe Libras, tem brinquedos e posso conversar com mais alunos.

Os alunos têm plena consciência da importância do AEE como contribuição para o seu crescimento intelectual, pois na fala dos mesmos pode-se observar que eles não tinham acesso a Libras antes de serem matriculados na escola regular e na sala do AEE. A pessoa com surdez ainda encontra barreiras em seu caminho para adquirir um ensino de qualidade, ela conta com a ajuda de sua família, pois sabem o contexto em que ela se encontra. Segundo Damázio (2007, p. 13):

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento (sic) da aprendizagem.

Assim, é importante que o aluno continue enxergando o AEE com bons olhos, e assim seja motivado a estar sempre buscando progredir nos estudos. Ainda questionamos juntos aos alunos surdos: —Qual a contribuição do AEE para sua aprendizagem?

(D.1) Não sou alfabetizado, a sala do AEE me ajuda, ela é um complemento tipo uma aula de reforço. Me ajuda também a me desenvolver na minha língua pois lá tem outros surdos onde posso conversar.

(D.2) Eu aprendo libras com a professora lá.

Os alunos objeto dessa pesquisa são surdos de nascença e não tiveram acesso a Libras como primeira língua. Nesse sentido, eles sempre enfatizam quão está sendo importante a participação deles na sala do AEE. Os relatos são que através da sala do AEE eles poderão ter o seu primeiro contato com a Libras e que ainda não são totalmente

alfabetizados, porém os avanços são nítidos, pois somente através da sala do AEE, os mesmos começaram a manter contato com outros surdos, enlarguendo assim os laços e inserção na comunidade surda e a apropriação da sua identidade surda.

Como forma de compreender o que dizem os alunos sobre a contribuição do AEE, questionamos sobre: —O que mudou quando você passou a frequentar o AEE?.

(D.1) Depois que passei a frequentar a sala do AEE, tive a oportunidade de aprender mais, fazendo novas amizades e tenho me comunicado melhor.

(D.2) Eu comecei a aprender Libras na sala do AEE, hoje tenho 13 anos e gosto muito de ir para a sala do AEE, lá eu aprendo muito, brinco, passeio, eu gosto muito da sala do AEE.

As evoluções constatadas nas aprendizagens dos alunos pesquisados, é resultado de uma construção diária e parceria firmada pela família, escola e professor do AEE. Percebe-se também que a construção da identidade surda ainda se encontra em processo. Mesmo que o serviço seja ofertado apenas duas vezes por semana na sala de AEE, as vivências desses alunos com pessoas surdas e pessoas ditas normais, tem quebrado muitas barreiras, podendo assim, o aluno surdo fazer projeções para seu futuro fora do ambiente escolar. O AEE é tão importante, que se faz necessária a ampliação desse atendimento para outras escolas, pois ainda é reduzido o número de escolas que oferecem esse atendimento, fazendo da educação especial uma educação excluída. Ter uma sala de AEE nas escolas é dá um passo a mais na educação de surdos que por muitos anos foi impedido de aprender a sua própria língua.

O profissional que atende no AEE segue as recomendações descritas no documento oficial que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado, tornando a informar aqui que os alunos recebem o atendimento de forma complementar ou suplementar dois dias na semana, sendo uma hora para cada dia. O atendimento é realizado em Libras, para o ensino de Libras e para o ensino da Língua Portuguesa. É notório a falta de apoio para as pessoas com necessidades específicas, no caso desse trabalho, os surdos. Identificamos a grande relevância do Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo dentro da escola regular, uma vez que o mesmo contribui de forma significativa para a vida deles.

Notamos que a maioria dos profissionais da sala regular não demonstra interesse por esse atendimento, quando nas suas respostas a escrita é breve e vazia, podendo ser perceptível em algumas conversas dialogadas que alguns pensam ser impossível a pessoa surda ser alfabetizada, e o mais triste foi ver que muitos não procuram aprender sobre como se dá a educação de surdos e todo o processo de aprendizagem deles, porque julgam que dá muito trabalho, trabalhar com quem não ouve e posteriormente não fala, como também não

entendem o AEE na íntegra e sua real importância.

Ao mesmo tempo em que observamos o baixo interesse dos professores da sala regular pelo avanço do aluno e seu atendimento na SRMs, é gratificante saber que mesmo ainda em processo de alfabetização e com poucas habilidades na escrita e na interpretação, os alunos pesquisados mostraram o quão importante está sendo para eles o Atendimento Educacional Especializado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo se desenvolveu em uma escola da rede estadual de ensino, de modo a compreender como o atendimento educacional especializado (AEE) ao aluno com surdez vem contribuindo para com o processo de inclusão dentro da escola regular de ensino. Partindo desse pressuposto, fizemos uma discussão teórica acerca do atendimento educacional especializado para o aluno surdo, com vistas à construção de um referencial teórico que pudesse contribuir para com as nossas reflexões sobre a oferta do AEE na sala de recursos multifuncionais.

O caminho metodológico percorrido por meio da pesquisa qualitativa e da abordagem metodológica do estudo de caso, nos proporcionou um olhar mais aguçado sobre a oferta do AEE dentro da SRM, possibilitando-nos, não apenas uma compreensão teórica e técnica do funcionamento do AEE, mas acima de tudo sobre as relações de trabalho pedagógico que devem ser construídas durante o atendimento educacional especializado.

Assim, compreendemos que os nossos objetivos de pesquisas, foram aos poucos sendo alcançados ao longo do estudo, seja na construção teórica, seja no processo de construção e análises das informações junto aos pesquisados. Ao investigar como vem sendo feito o atendimento educacional ao aluno surdo na SRM, vemos que o referido atendimento vem ocorrendo a partir das orientações legais acerca do referido espaço de realização do AEE, mas que ao mesmo tempo, inexistia uma relação pedagógica entre os profissionais do AEE e os que atuam na sala regular de ensino.

Sobre a contribuição do AEE, percebemos nas falas dos pesquisados, alunos e profissionais do AEE, que tal atendimento exerce uma contribuição para com o processo de inclusão, mesmo de forma meio tímida, necessitando de maiores investimentos para que possam ser ofertados os atendimentos necessários ao aluno surdo, já que como visto em nossa discussão teórica, o atendimento deve ocorrer em três níveis, como mostra Damázio (2007).

Nas análises das falas dos alunos, percebemos que o AEE é muito importante para o seu desenvolvimento, pois os mesmos relatam que foi exatamente na sala de AEE que conseguiram desenvolver suas habilidades em Libras e Português, pois antes, somente na sala de AEE eles tinham contato com outros surdos e com um instrutor surdo, ressaltando que há poucos meses eles estão contando com um intérprete em sala de aula regular.

O processo de inclusão do aluno surdo na escola regular implica em reformular os planos de ensino seguido pelos professores com os alunos ditos —normais, pois ao observar as estratégias de ensino, percebe-se que a educação ainda está distante de ser inclusiva, tornando-a excludente.

Observamos que muitos profissionais ainda não compreendem o significado de Educação Especial na perspectiva inclusiva, e que tão pouco entendem como se faz todo o processo de recepção e serviço oferecido pelo AEE. Enxergamos isso como um grande problema dentro da escola regular, pois se desde cedo os docentes realizassem leituras e procurassem se atualizar e compreender a necessidade desse atendimento para o desenvolvimento do discente, pois a partir daí o professor poderá contribuir com a aprendizagem do aluno surdo dentro das salas de aula comum.

Legitimamos aqui que o trabalho dos professores nas salas de recursos multifuncionais, tem grande significado para toda cultura e comunidade surda. O início não é tão fácil, mas se todos se esforçarem, todo o investimento compensará.

Trabalhar as competências da pessoa com surdez perpassa o significado de Educação Especial, como simples apoio a pessoa surda. Pois, as práticas educativas do educador não precisa necessariamente estar limitada ao sistema de educação imposto para uma minoria, mas para servir de bases para se constituir uma educação que não segregue e nem enxergue a limitação antes das competências e habilidades do discente surdo, fazendo assim acontecer uma educação de qualidade para esse aluno, como já é garantida por lei.

Com o estudo, percebemos que o AEE tem contribuído para permanência do aluno surdo na escola regular, mesmo sabendo que nem todos os professores que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem desse aluno procuram encontrar estratégias para poder ajuda-los, entendendo que a inclusão do aluno surdo não deve representar uma ameaça para as mudanças na forma de se trabalhar em sala de aula onde tem aluno surdo matriculado, o processo de inclusão do surdo e a sua permanência na escola e a sua frequência na sala do AEE para complementar os estudos, fazem parte de um processo histórico, que vem caminhando em passos lentos, mas que não tem prazo definido para acabar.

Nesse sentido, este trabalho buscou contribuir para o processo de reflexão e de

formação dos profissionais que atuam na educação, em especial nos que atuam diretamente com o atendimento educacional especializado a pessoa com deficiência, como também para a continuidade de outras pesquisas que possam refletir epistemologicamente a partir do cotidiano da escola sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência na escola regular de ensino.

REFERÊNCIAS

ARNAL, Leila de Sousa Peres. **Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica das salas de recursos**. 2007 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERDUSCO. 2012. **Correntes Comunicativas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo**. Disponível em: <http://observacaonuaecrua.blogspot.com/2012/09/correntes-comunicativas-oralismo.html>. Acesso em 18/05/2019.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos- Ideologias e práticas pedagógicas/ 4 ed.- 1 reimp.** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6571**. Dispõem sobre o Atendimento Educacional Especializado. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf.

BRASIL. MEC/CNE. **Parecer CNE/CEB 17/2001**, publicado no Diário Oficial da União de 17/8/2001, Seção 1, p. 46.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 06 jul. 2015.

DAMÁZIO, Mirlene F. Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

DECRETO 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)** e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 22 dez. 2005.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

- GARCIA, Rosalba Maria C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- GESSER, Audrei. **LIBRAS?** que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
- GIL, A. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 17.
- GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: NAU/EDUR, 2010.
- STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
- SOUZA, José Marcos Rosendo de. **Entre palavras e sinais: letramento literário, surdez e inclusão**. São Carlos: Pedro e João Editorares, 2015.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- SCHNEIDER, Roseléia. **Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular**. 2002. 184 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.